

UNIDADE DIDÁTICA V – O SÉCULO XIX NAS AMÉRICAS

1. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA NAS AMÉRICAS

O processo de independência das colônias da América Latina pode ser melhor compreendido se abordado como parte da crise do Antigo Regime e do sistema colonial europeu. Alguns eventos históricos que vinham ocorrendo na Europa tiveram papel fundamental para a sucessão de fatos ocorridos nas colônias do Novo Mundo. Dentre eles podemos destacar: a Revolução Industrial Inglesa, o rompimento do equilíbrio político do velho continente devido às Guerras Napoleônicas, o próprio desenvolvimento interno das colônias e a difusão dos ideais iluministas, associados aos acontecimentos da Revolução Francesa de 1789.

Os interesses econômicos ingleses na emancipação das colônias ibéricas nas Américas relacionavam-se, primeiramente, com o desenvolvimento da Revolução Industrial, tendo em vista que representou o início de uma profunda transformação no sistema político e econômico daquele país (o surgimento do capitalismo como sistema, o que se ampliaria mais tarde para o resto do mundo), que passou a enxergar as colônias da América hispânica e portuguesa como potenciais mercados consumidores para seus produtos industrializados. Para tanto, deveria apoiar o fim do sistema colonial ibérico e o exclusivismo comercial que impunham aos territórios dominados.

Além desses fatores econômicos, a Inglaterra tinha também interesses políticos no apoio às emancipações, devido aos acontecimentos relacionados com as Guerras Napoleônicas (ver HIST/UD IV).

No curso de sua guerra contra Napoleão, a Grã-Bretanha, perante a necessidade de responder ao Bloqueio Continental, desenvolveu uma política de expansão comercial dirigida para os mercados do Novo Mundo. Após 1815, ela avalia a estreiteza dos escoadouros europeus e choca-se com o protecionismo, ao qual corresponde a tarifa dos Estados Unidos; assim, a ilha mercantil sofre uma crise interna que a impele a arrancar ao Pacto Colonial ibérico a clientela de um imenso continente. Ao mesmo tempo, a marinha de Sua Majestade aproveita para exercer no Atlântico o direito de visita que os tratados de 1815 lhe outorgaram a fim de combater o tráfico. (CROUZET, 1996: 140).

Além disso, com as Guerras Napoleônicas o rei da Espanha, Fernando VII, foi destronado e substituído por José Bonaparte, irmão mais velho de Napoleão Bonaparte, o que levou a um enfraquecimento do controle da metrópole sobre suas colônias. Em Portugal, como veremos na próxima Unidade Didática (HIST/UD VI), as Guerras Napoleônicas e a Revolução Liberal do Porto levaram a família Real portuguesa a se transferir para o Rio de Janeiro, sendo um dos fatores que culminariam no processo de independência política das colônias da América portuguesa.

No entanto, é preciso lembrar que mesmo antes de ter início o processo emancipatório das colônias, uma série de revoltas surgiam nas Américas hispânica e portuguesa, lideradas por grupos de colonos que passaram a questionar os princípios mercantilistas que norteavam as relações entre metrópole e colônia, ensejando obter vantagens comerciais e maior liberdade. Os interesses dos colonos começaram, então, a entrar em choque com os da Metrópole. Ainda assim, de início, as revoltas coloniais não assumiram um caráter separatista, mas desnudavam apenas uma crescente insatisfação dos colonos com a política metropolitana, na medida em que as próprias colônias alcançavam algum grau de desenvolvimento.

Por fim, devemos destacar também a influência dos ideais iluministas na formação dos projetos de independência. É preciso lembrar que na grande maioria dos casos tais projetos foram formulados e encampados pelas elites locais, os *criollos* (descendentes de espanhóis nascidos na América) que, muitas vezes, tinham em sua formação uma passagem pela Europa ou, ao menos, contatos com os ideais que lá eram gestados.

Relacionado com este aspecto, podemos destacar o peso da emancipação das treze Colônias da América do Norte, ocorrida em 1776 e fortemente influenciada pelo iluminismo (ver HIST/UD IV). A independência dos Estados Unidos da América, o primeiro país do continente a se emancipar, teve marcante influência sobre o processo de independência política das demais colônias, pois representava uma nova possibilidade de estruturação política e administrativa independente das metrópoles europeias.

Por outro lado, os próprios Estados Unidos, por sua vez, passaram a ter interesse na emancipação política do restante do continente, pois, entendia que com o fim da colonização europeia a América Latina poderia passar a ser uma

privilegiada área de influência. Desta maneira, o presidente norte-americano James Monroe decretou em 1823 a famosa “Doutrina Monroe”, que tinha como máxima a defesa da “América para os americanos”. Segundo Alves (2004: 88):

Em princípio, a Doutrina Monroe teria resultados poucos práticos, representando, isto sim, um efeito simbólico, porque nem a Europa modificou seu rumo, nem as repúblicas hispânicas ou o Brasil deram muito peso à proclamação, como um fator de garantia da independência conseguida e ameaçada, já que todos acreditavam mais na esquadra britânica. (...) Foi somente com o crescimento do poderio econômico dos Estados Unidos que a doutrina foi sendo posta em prática, mudando seu conteúdo à medida que se concretizava, ou seja, de inspiração progressista, passou a ser utilizada como justificativa intervencionista – como um disfarce para a recolonização da América Latina.

A Doutrina Monroe surgiu em reação à Santa Aliança e à Restauração na Europa, que defendia a volta dos princípios do absolutismo e, conseqüentemente, dos domínios coloniais. A ideia do “Destino Manifesto”, de que falaremos mais adiante, também foi uma das bases para a Doutrina Monroe. Apesar do intuito de estabelecer o restante do continente americano como área de influência estadunidense, a Doutrina Monroe construía “a imagem dos Estados Unidos – apesar das ações imperialistas do mesmo – como o bastião do pan-americanismo e o anteparo na defesa dos países do continente” (ALVES, 2004: 91).

Obedecendo cada um aos seus próprios interesses, portanto, Estados Unidos e Grã-Bretanha contribuíram para a emancipação das colônias ibéricas inclusive com o provimento de material de guerra (CROUZET, 1996: 141), além do pronto reconhecimento das novas nações independentes.

Dentre os países surgidos com a independência das colônias da América ibérica devemos destacar a emancipação política do Haiti, primeiramente por seu pioneirismo, mas também, e principalmente pela especificidade deste processo. A Ilha de São Domingos, antiga Hispaniola, colonizada pelos espanhóis, teve sua parte ocidental cedida à França em 1697, recebendo o nome de Saint Dominique. Na banda francesa da ilha viviam mais de 500 mil habitantes, sendo a imensa maioria da população composta de escravos de origem africana. A base econômica era a produção de açúcar. Havia um governador-geral, principal representante da Coroa francesa e responsável pela administração colonial, um intendente, a quem

cabia gerir as finanças da colônia, e uma assembleia colonial, formada pela diminuta elite local branca, que representava os interesses locais (KOSHIBA, 1992).

Em 1791 os escravos da ilha, influenciados pelos ideais da Revolução Francesa e almejando que a França colocasse em prática também nas colônias as propostas revolucionárias de liberdade, igualdade e fraternidade, se rebelaram contra o domínio colonial, sob a liderança do ex-escravo Toussaint L'Ouverture. Em 1794, na fase mais radical da Revolução, durante o governo jacobino, foi decretado o fim da escravidão em todas as possessões francesas. Em 1801, L'Ouverture assumiu o governo da ilha e proclamou uma Constituição independente. Os franceses reagiram ao movimento enviando tropas para invadir a ilha e aprisionam o líder da rebelião. Ainda assim, o movimento continuou com um novo líder, também ex-escravo, Jean-Jacques Dessalines. Sob a liderança de Dessalines foi proclamada a independência da ilha em 1804, sob o nome Haiti (nome indígena). No entanto, a França só veio a reconhecer o Haiti como país independente em 1825, quando uma elite mulata passou a dominar o processo político, marginalizando a maioria negra.

Já a região oriental da ilha foi novamente dominada pela Espanha em 1814, conseguindo sua independência em 1821. No entanto, em 1822 foi submetida por tropas haitianas, que dominaram a região até 1844, quando foi proclamada novamente sua independência, sob o nome de República Dominicana. Em 1861 o país foi novamente anexado à Espanha, reconquistando sua independência apenas em 1865.

O processo de independência do Haiti teve um forte impacto sobre o restante do continente. Ao tempo em que servia de exemplo por seu pioneirismo, criou uma “onda de medo” não só por parte das Metrópoles, mas também próprias das elites locais. Temiam que o exemplo haitiano inspirasse processos emancipatórios conduzidos pelas classes populares ou pelos próprios escravos, como no caso da ilha. O medo do “haitianismo” fez com que as elites locais se preocupassem ainda mais em estar à frente dos projetos de independência que iam tomando corpo por todo o continente. Deste modo, as independências do restante do continente se deram, de modo geral, sob o comando das elites locais.

No Vice-Reino de Nova Espanha (atual México) houve duas tentativas frustradas de independência, lideradas pelo padre Hidalgo, em 1811 e 1813. Mas a emancipação só foi alcançada em 1821, liderada pelo general Itúrbide. O Vice-Reino

de Nova Granada, foi fragmentado em três países: Venezuela, Colômbia e Equador, que alcançaram suas independências em 1817, 1819 e 1822, respectivamente, todos sob a liderança de Simon Bolívar. O Vice-Reino do Peru, por sua vez, se dividiu em Peru, Chile e Bolívia. O Chile obteve a independência em 1818, sob a liderança de O'Higgins e San Martín. O Peru tornou-se independente em 1824, com San Martín e o lorde inglês Cochrane à frente do processo. E, por fim, a Bolívia emancipou-se da metrópole espanhola em 1825, liderada por Bolívar e Antonio José de Sucre. O Vice-Reino do Prata, que corresponde aos atuais Argentina, Uruguai e Paraguai teve seu processo de independência iniciado com a deposição do vice-rei espanhol pelos *criollos* de Buenos Aires, formando-se uma junta provisória. A independência foi obtida em 1816, no Congresso de Tucumã (República das Províncias Unidas do Rio da Prata, mais tarde, Argentina), e liderada pelo general San Martín. A elite *criolla* da região do Paraguai proclamou sua independência da junta de Buenos Aires em 1811. O Uruguai, antiga Banda Oriental, foi ocupado por luso-brasileiros e anexado ao Brasil sob o nome Província Cisplatina. Tornou-se independente em 1828, sob o nome de República Oriental do Uruguai.

Na América Central, da Guatemala ao Panamá, os países foram submetidos à “audiência guatemalteca”. Em 1821 uma Assembleia popular, reunida na Guatemala, proclama a liberdade de toda a América Central. No mesmo ano, no entanto, são incorporados ao México. Em 1823 conseguem separar-se, formando as Províncias Unidas da América Central, integradas por Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Costa Rica. As Províncias Unidas se dissolveram em 1839.

Diante da situação, o rei de Espanha Fernando VII pediu apoio à Santa Aliança para tentar conter e reverter os movimentos emancipatórios em suas colônias. No entanto, como já explicitado anteriormente, Inglaterra e Estados Unidos apoiaram os movimentos de independência, pois ambos tinham interesses políticos e comerciais no surgimento das novas nações.

O fim do império colonial espanhol estava relacionado diretamente com a própria situação da Espanha e a consequente reforma do pacto colonial nos setores comercial e administrativo, que foi ainda mais centralizado, em detrimento dos *criollos*, gerando descontentamento por parte destes. No entanto, podemos avaliar que as independências foram, de certo modo, políticas, tendo em vista que os novos

países assumiram um lugar subalterno dentro do capitalismo mundial que se gestava.

MAPA DOS NOVOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA APÓS A INDEPENDÊNCIA¹



Emancipadas, as ex-colônias integraram-se na órbita da expansão do capitalismo industrial assumindo as funções de fornecedoras de matéria-prima, mercado consumidor, local de exportação de capital e ponto estratégico para o novo equilíbrio internacional que já começava a definir-

¹

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. p. 341.

se – e no qual Estados Unidos e Inglaterra ocuparam posição de liderança na América e na Europa, respectivamente. (KOSHIBA, 1992: 74)

Os *criollos*, elites locais que lideraram os processos de independência, mantiveram, de certo modo, as estruturas coloniais, rompendo apenas os laços políticos com a metrópole. Não houve ruptura nos níveis social ou econômico. Os novos países ficaram então sob a influência do capitalismo inglês e, posteriormente, norte-americano. Desta maneira, foram preservadas a grande propriedade (concentração fundiária), a monocultura, o trabalho compulsório (servidão, semi-servidão e escravidão), a produção em larga escala voltada para o abastecimento do mercado externo.

A América Latina, recém-liberta do domínio colonial, integrou-se como área periférica e subordinada, pois a industrialização aparecia como solução absolutamente inviável: pesava-lhe a herança colonial. (...) para sobreviver nessa nova fase da expansão do capitalismo, a América Latina preservou sua antiga estrutura de produção colonial, reforçando os laços de dependência: para financiar os produtos industrializados de que necessitava teria que continuar como fornecedora de matérias-primas. (...) A influência externa tornou-se, assim, um elemento constitutivo do processo de formação do Estado nacional latino-americano, e foi a relação de dominação que permitiu a esse Estado participar do sistema mundial. Essa relação de dominação acentuou não só as desigualdades entre os países como também as desigualdades sociais internas de cada país. (KOSHIBA, 1992: 90)

Sobre a criação dos Estados Nacionais na América hispânica, desenvolveu-se um debate entre o projeto de monarquia constitucional – defendida por José de San Martín e Simón Bolívar – e o projeto republicano, com sufrágio censitário. Venceu o projeto republicano. Como exceção, apenas o México vivenciou uma monarquia entre 1822 e 1823, tendo neste ano proclamado a república.

2. AS TEORIAS DE PAN-AMERICANISMO E A COOPERAÇÃO HEMISFÉRICA

Apesar das tentativas de manter ao menos as unidades dos antigos Vice-Reinos, o movimento em prol da unificação da América Espanhola após a independência fracassou. Um dos maiores defensores da unidade da América hispânica foi Simón Bolívar, líder das independências da Bolívia, Colômbia, Equador

e Venezuela e conhecido como “o Libertador”. *Criollo* nascido em 1783 em Caracas (atual capital da Venezuela), influenciado pelos ideais iluministas, defendia a criação de uma confederação que unificasse todos os países da América Latina e era contrário à escravidão.

O pano de fundo sobre o qual se desenhou a sua visão da Grã Colômbia foi o da integração dos vice-reinados do Peru e da Nova Granada ao redor de uma autoridade moral, que pairasse incontestemente, sobre todos os poderes locais. Bolívar imaginava uma grande nação pautada por um Legislador, ele próprio, que seria uma força moral aglutinadora, porque encarnava o ponto de vista da salvaguarda dos interesses públicos, contrariamente aos que pretendiam defender os interesses particulares, como ponto de partida para a construção das novas nacionalidades. Pesou muito, no Libertador, a doutrina filosófica de Jean-Jacques Rousseau, que considerava que a única forma de superar a degradação causada nas sociedades modernas pelo materialismo e o individualismo, seria fazendo surgir, na comunidade política, indivíduos puros que tivessem renunciado à defesa dos seus interesses particulares, em prol da afirmação do grande interesse público, identificado com o Reino da Virtude. Ele, Simon Bolívar, encarnaria essa máxima autoridade, que agiria como uma espécie de poder supra-individual e supranacional. Resultado: Bolívar libertou os países que integravam a Grã Colômbia, mas não conseguiu dar estrutura administrativa às nações por ele libertadas, que terminaram ensejando várias repúblicas, ao redor dos núcleos de defesa dos interesses mais poderosos. (RODRÍGUEZ, 2007: 2-3)

Bolívar morreu, no entanto, sem ver o seu projeto se concretizar. As razões estruturais para a fragmentação dos países da América espanhola remontam ao passado colonial. Seguindo o esquema da política mercantilista, cada unidade colonial voltou-se inteiramente para o mercado externo, sem espaço para que criassem relações mais fortes entre si e fazendo com que cada região se tornasse uma unidade estanque. Essa ausência de vínculos favoreceu disparidades regionais e um consequente localismo.

Politicamente, a luta pela emancipação foi conduzida pelos *criollos* representados nos *cabildos*, ao contrário do que ocorreu no Brasil, onde as classes dominantes lutavam pela posse dos mecanismos do Estado transplantado pela própria metrópole. Os *cabildos* expressavam, então, os interesses localistas, impedindo a articulação de um Estado nacional. No Brasil a integridade territorial só pôde ser mantida porque a constituição do Estado precedeu a ruptura colonial. Na América espanhola, a ruptura colonial antecedeu a constituição do Estado. (...) a própria estrutura colonial induziu à fragmentação territorial quando se suprimiu a autoridade metropolitana. (KOSHIBA, 1992: 85)

Soma-se a isto a ausência de recursos materiais, a fragilidade econômica e a falta de experiência política da classe dominante *criolla*.

Depois de Bolívar, outros projetos de integração latino-americana surgiram e, atualmente, é assunto que está na pauta política dos países da América do Sul. (ver HIST/UD XXI)

3. A CONSTRUÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

A expansão territorial dos Estados Unidos calcou-se nas ideias do “Destino Manifesto”, ideologia que identificava o povo norte-americano como eleito por Deus para expandir-se e civilizar novas terras, desenvolver-se economicamente e ter uma posição preponderante no mundo.

O expansionismo interno durou um século, de fins do XVIII a fins do XIX, fundamentado e legitimado pela ideia do “Destino Manifesto”. Esta ideia era amplamente compartilhada pelo senso comum e tinha um apelo racial forte, tendo em vista que abarcava um sentimento de igualdade entre os brancos, ao tempo que estimulava um sentimento de superioridade em relação a indígenas, negros e latino-americanos (especialmente mexicanos), sendo amparada pelo darwinismo social (a crença no funcionamento da seleção natural no meio social, que justifica a sobrevivência do mais forte). Tal ideia via a expansão territorial dos Estados Unidos como um processo ilimitado, que deveria se estender para além do Pacífico. Quer dizer, a ideia de fronteira, aqui, praticamente inexistia – era sempre possível de ser estendida. O “Destino Manifesto” contava com justificativas religiosas, culturais, econômicas e políticas. Como afirma Hobsbawm (1977: 155), “a imagem da república era a de uma terra de igualdade, democracia, (...) oportunidade ilimitada, tudo isto mais tarde sendo chamado de ‘destino manifesto’ da nação”.

Desta maneira, logo no início do processo de formação do país, ainda em 1787, foi criado o Estatuto do Noroeste, que estabeleceu as bases para a ocupação do Oeste e a criação de novos estados e como se daria a integração destes à União.

A expansão territorial dos Estados Unidos se deu basicamente por compra de territórios, guerras de conquista contra o México e contra populações autóctones. Os primeiros territórios anexados foram a Luisiana, comprada da França em 1803, e a Flórida, comprada da Espanha em 1819. Ao mesmo tempo, foram penetrando no

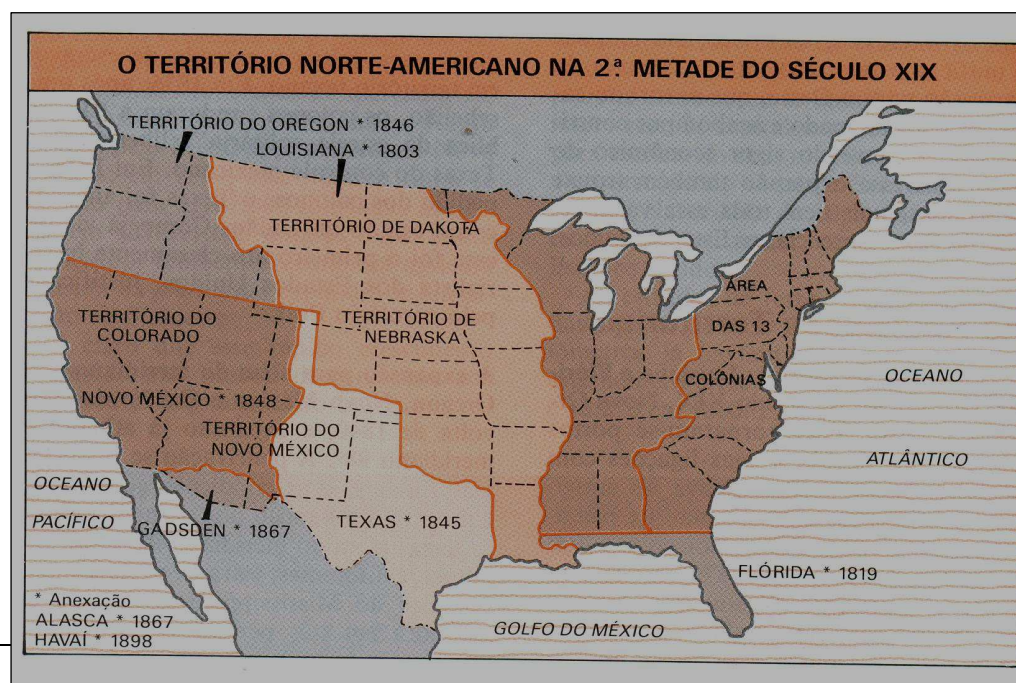
território oeste por vias fluviais e fixando colonos agricultores, que se tornaram base da ocupação, chamados de pioneiros. Depois anexaram o Texas, conquistado do México, que se tornou estado da União em 1845.

A partir de 1840 empreenderam a expansão para além do rio Mississípi. Nesta região os conflitos com indígenas foram intensos. Comerciantes e caçadores de peles também eram exploradores da região que, relativamente rápido, foram sendo povoadas. Ao norte, o Oregon foi anexado a partir de um acordo com os ingleses, estabelecendo a fronteira dos Estados Unidos com o Canadá. Ao sul, os EUA iniciaram uma intervenção militar no México em 1846, conseguindo conquistar o Novo México e a Califórnia em 1848.

A descoberta de ouro estimulou o rápido povoamento da costa do Pacífico e, posteriormente, o Oeste vivenciou uma grande expansão pecuária. Ao mesmo tempo iam ampliando a rede ferroviária, facilitando os acessos e comunicações por todo o país.

O Alasca foi comprado da Rússia em 1867, demonstrando a intenção manifesta de expansão para o Pacífico.

MAPA DOS ESTADOS UNIDOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX²



2

São Paulo:

Atual, 1992. p. 132.

Ainda durante as guerras de independência, em 1777, o Congresso norte-americano estabeleceu uma Confederação, sob o nome de Estados Unidos da América, onde se pactuava a união dos estados, subordinados a um poder central. No entanto, alguns setores viam com desconfiança a ideia da Confederação, pois valorizavam a autonomia dos estados. Dez anos depois, em 1787, teve início o processo constituinte, com o objetivo de rever os artigos da Confederação, em meio aos debates sobre o grau de autonomia que deveriam ter os estados. A Constituição daí resultante foi promulgada em 1789.

A estrutura política estabelecida na Constituição, de cunho liberal, baseou-se na divisão dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Ao tempo em que os representantes da Câmara eram eleitos por voto direto, o Presidente da República era escolhido por voto indireto. Desta forma foi eleito George Washington como o primeiro presidente dos Estados Unidos, nas eleições de 4 de março de 1789. Foi reeleito em 1792, tendo permanecido no cargo até 1797.

Neste período inicial da formação dos Estados Unidos da América se delinearam duas tendências políticas principais: a republicana, defendida por Thomas Jefferson – que era secretário de Estado, ligado aos grandes proprietários escravistas do sul – e a federalista, encampada por Alexander Hamilton – secretário do Tesouro, representante da burguesia e dos comerciantes de Nova Iorque. Apesar da confusão que os nomes das tendências sugerem, os republicanos defendiam o princípio federalista, no qual a soberania dos estados era primordial. Já os federalistas defendiam a constituição de um governo central forte e eficiente. Os republicanos, apesar de defenderem princípios de liberdade individual, de pensamento e dos estados, eram favoráveis à manutenção da escravidão. Tratavam-se, em termos gerais, de tendências que representavam as divergências entre os interesses dos grandes comerciantes capitalistas do Norte e os dos proprietários de terras escravistas do sul.

Essa divisão política era expressão do passado colonial, ou seja, do isolamento das 13 colônias e também da heterogeneidade entre os estados do norte e do sul quanto à formação econômica e social, em suma,

diferenças entre um sistema burguês e outro escravista. (KOSHIBA, 1992: 123)

Na verdade, os escravocratas do sul combatiam o centralismo político justamente para defender a escravidão, a partir da defesa de que cada estado deveria ser soberano para decidir suas leis. Do outro lado, os interesses da burguesia em um poder central estavam na ideia de unificar o mercado interno e defender-se da concorrência externa. Apesar do discurso antiescravista, em prol da liberdade, adotado pelos nortistas em oposição aos sulistas, “a indústria do Norte estava certamente mais preocupada com uma nação, do ponto de vista do comércio, metade livre e metade protecionista, do que metade escrava e metade livre” (HOBBSBAWM, 1977: 159).

Os dois primeiros presidentes norte-americanos, George Washington e John Adams (governou entre 1797 e 1801), eram federalistas. Depois se seguiram três presidentes republicanos: Thomas Jefferson (1801-1809), James Madison (1809-1817) e James Monroe (1817-1825). Neste período de predomínio republicano o partido federalista perdeu força e desapareceu. Com a eleição de Andrew Jackson para a presidência da república em 1828 quebrou-se a hegemonia republicana e, posteriormente, foi fundado o Partido Democrata. A ascensão dos democratas teve como consequência o deslocamento do centro político para o Oeste, em um período em que a expansão das fronteiras ganhava força. O país se via dividido basicamente em três regiões: o Leste industrial, o Oeste de pequenas propriedades agrícolas e o Sul algodoeiro e das grandes propriedades escravistas.

Enquanto se realizava a expansão territorial para o Oeste, as divergências entre o Norte e o Sul se mantinham, não só no campo da economia, mas em relação aos projetos e posicionamentos políticos.

As mais sérias divergências diziam respeito à questão alfandegária, pois os nortistas defendiam o protecionismo como forma de preservar o mercado interno, enquanto os sulistas eram partidários do livre-cambismo, em função de sua dependência ao mercado externo. No plano político, os nortistas lutavam pelo fortalecimento do poder central, protetor da produção interna, e os sulistas sustentavam a autonomia dos estados a fim de preservarem a escravidão. (KOSHIBA, 1992: 139)

A marcha para o Oeste gerou tensões, na medida em que se configurou uma disputa entre Sul e Norte por influência na criação dos novos estados. Houve uma

tentativa de regulamentação desta questão com o “Compromisso de Missouri” (1820), que definiu o paralelo 36° 30’ como o limite entre Sul e Norte, entendendo que a localização dos novos estados em relação a este marco definiria se seriam livres ou escravistas. Instalou-se uma grave crise quando a Califórnia, situada ao sul do paralelo, requereu sua entrada na União como estado livre (não-escravista). O “Compromisso de Missouri” foi finalmente quebrado quando o Congresso aprovou que os territórios do Kansas e de Nebraska poderiam se organizar escolhendo, mediante decisão popular, se seriam ou não estados escravistas. A partir daí, o conflito entre estados livres e escravistas foi declarado.

O Norte, através do Partido Republicano, sustentava a ideia de que era dever do Congresso proibir a escravidão por toda a parte onde se estendia sua jurisdição; para os nortistas, a liberdade era nacional e a escravidão, regional. Os sulistas contra-argumentavam que o Congresso não tinha poder para isso e, ao contrário, deveria apoiar a escravidão, pois se tratava de uma forma de propriedade, e era dever do Congresso defender a propriedade dos cidadãos que representava. (KOSHIBA, 1992: 141)

Na medida em que o conflito se desenvolvia, a campanha abolicionista tomava corpo – mas, como já vimos, o maior interesse dos nortistas não estava exatamente na defesa de uma pretensa igualdade entre brancos e negros, mas em questões econômicas. Na medida em que a região se desenvolvia segundo os moldes capitalistas, marcada pela crescente industrialização, a presença de mão-de-obra escrava nos estados sulistas limitava o mercado consumidor daquela região.

Com as eleições presidenciais de 1860, que elegeram Abraham Lincoln (1861-1865), do Partido Republicano, deu-se então a secessão entre estados livres e estados escravistas. O primeiro estado escravista a se desligar da União foi a Carolina do Sul, sob a alegação de que o Norte elegera um presidente contrário à escravidão. A este estado, seguiram-se outros (Flórida, Alabama, Mississípi, Luisiana, Tennessee, Virgínia, Carolina do Norte, Arkansas, Texas e Geórgia) que, em 1861, fundaram os Estados Confederados da América.

Lincoln negou o direito à secessão, alegando que a União precedia os estados. Deste modo teve início a guerra civil. Os estados do Norte, além de mais numerosos e com maior população, tinham recursos financeiros, humanos e material bélico superiores. Em meio à guerra, Lincoln decretou a abolição da escravidão nos estados do Sul. Em 14 de abril de 1865 deu-se a rendição dos estados do sul e a

A Guerra Civil norte-americana é considerada como a primeira guerra moderna de massas. Foi um conflito que resultou em muitas mortes, inclusive de civis. “Em termos de destruição e mortes, era de longe a maior guerra em que qualquer país ‘desenvolvido’ havia-se envolvido...” (HOBSBAWM, 1977: 160).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Francisco das Neves. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o centenário da Doutrina Monroe. In: **Biblos**. Rio Grande, 2004. p. 87-96. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/dbh/article/viewPDFInterstitial/414/98>> Acesso em: 9 jan 2009.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

CROUZET, Maurice. A afirmação da América em face do velho colonialismo. Recuo e reinício da expansão europeia In: _____. **História Geral das Civilizações: O século XIX – O apogeu da civilização europeia** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. V. 13. Primeira parte. P. 139-151.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital. 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **Américas: uma introdução histórica**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1992. 312 p.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. Integração Sul-Americana: projetos e perspectivas estratégicas. In: **Ibérica – Revista interdisciplinar de estudos ibéricos e ibero-americanos**. Ano I, n. 2. Juiz de Fora: dez/2006-fev/2007. p. 1-11. Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/portaallee/arquivos/artigo_prof_ricardo_velez_nov_06.pdf>. Acesso: 12 jan 2009.